

Problemas Crônicos exigem terapia de reabilitação preventiva

Prevenção primária implica modificações de hábitos da população relativos a consumo de produtos e padrões de energia, além de alterações no transporte

Por Paulo Saldiva e Evangelina Vormittag*

Considerando que a maior parte dos danos provocados à saúde de nossa paciente é crônica, será difícil reverter completamente esse quadro. Serão necessárias ações de adaptação, reabilitação, prevenção, mitigação e terapias capazes de proporcionar melhor qualidade de vida às suas células, os seus habitantes.

A terapia desse caso clínico cabe a todos que estão em posição de atuar em função da redução de emissões e da poluição incluindo gestão nos campos de políticas ambientais, energia, ocupação do solo e planejamento econômico. Reúne legisladores, representantes do Judiciário e de vários setores da sociedade civil.

Aqui, cabe destacar três iniciativas inovadoras da prefeitura de São Paulo. O inventário de emissão de GEE mostrou que a cidade produz 15 milhões de toneladas desses gases ao ano. Desse total, 25% são emitidos pela manipulação de lixo e 75% pela forma como utilizamos energia. São Paulo já tem a Lei de Mudanças Climáticas, que prevê a redução de 30% de GEE e é uma referência. Para atuar na área de energia, a vilã na emissão de gases da cidade, a prefeitura promulgou a primeira lei brasileira que determina a instalação de equipamentos para aproveitamento de energia solar nos projetos de construção de obras públicas e privadas de grande porte. Outra iniciativa nessa linha é o processamento de lixo – gerado diariamente, que está alimentando duas usinas termoeletricas que geram energia para 600 mil pessoas. Além disso, o governo municipal assumiu o compromisso de só contratar empreiteiras que comprovem a ori-

gem legal de madeira utilizada em obras públicas. Essa iniciativa ajudará a Amazônia a combater o desmatamento ilegal e diminuir as emissões de GEE em escala nacional. Esse último fato remete ao que apresentamos no início deste texto, o impacto que uma cidade como São Paulo pode produzir em termos globais e em regiões distantes.

Outro fator que deve estimular o município a buscar soluções para a questão dos efeitos locais das emissões de GEE e de outros poluentes é o alto custo financeiro que seus efeitos maléficos provocam na saúde da população. O cálculo do custo do ciclo de vida de um produto, como é o caso do combustível, não se restringe à bomba de reabastecimento. As consequências para a saúde e qualidade de vida dos habitantes deveriam fazer parte desta conta.

Os custos dos efeitos crônicos da poluição do ar são substanciais. No caso de São Paulo, a utilização de funções concentração-efeito bem definidas estima um custo financeiro que, dependendo de algumas variáveis, pode ir de centenas de milhões a mais de US\$ 1 bilhão por ano.

Sem dúvida, como parte da terapia, a sociedade deve priorizar transformações em seus hábitos. A prevenção primária implica modificações de hábitos humanos como o consumo de produtos e padrões de energia e transporte, transformação que traria incontáveis benefícios para a saúde e o meio ambiente e, além disso, poderia ajudar a estabilizar o clima. Evitar essas situações é um dever, e o momento de fazê-lo é agora, enquanto vivenciamos esses impac-



CICLOVIAS CAPAZES DE AMENIZAR pressão do tráfego de superfície e contribuir para melhora da qualidade do ar ainda são insuficientes para permitir deslocamentos sem risco de acidentes graves.

tos. Estamos tomando consciência dos fenômenos a tempo de fazer os devidos encaminhamentos, ao menos em boa parte dos casos.

Os princípios da nossa ação devem incluir os seguintes parâmetros: esclarecimento, exemplos, parcerias, limites, ética e coragem. Esclarecimento e sensibilização da população para as consequências adversas à saúde decorrentes das ações de poluentes e das mudanças climáticas são necessários principalmente porque o maior impacto ocorrerá nas gerações futuras. É importante informar que as medidas voltadas para a adoção de práticas com menor demanda energética, incluem: caminhar, andar de bicicleta, reduzir a ingestão de grandes quantidades de carne e derivados do leite. Essas são atitudes que reduzem o risco de doenças cardiovasculares, como a aterosclerose e hipertensão, diabetes, osteoporose, demência e câncer; além disso, elas promovem benefícios imediatos e significativos à saúde.

A liderança pelo exemplo, como cidadãos, ajuda a reduzir o consumo de energia e é um incentivo para que nos locais de trabalho também se proceda da mesma maneira. A ação deve ir na direção de estabelecer parcerias com os demais setores da sociedade, propondo ações de mitigação das emissões e adaptação frente aos impactos ambientais. Como cidadãos, precisamos auxiliar na definição de metas claras de redução de emissões de efeito estufa, entre outras.

É preciso buscar formas de promover o conceito de limites responsáveis ao uso de energia. Expondo claramente as questões de ética ambiental é necessário mostrar que as alterações locais e regionais

da atmosfera afligem com maior intensidade os segmentos menos favorecidos da sociedade, justamente aqueles que menos contribuíram para a origem desse problema.

Finalmente, é preciso ampliar os conhecimentos sobre os impactos positivos e negativos das mudanças do clima e estimular o debate no campo das ideias, sensibilização e argumentação, interlocução, construção de alianças com importantes setores da economia e da política.

O debate em torno da preservação ambiental e emissão de gases de efeito estufa em geral está concentrado em áreas remotas, como as florestas, na extinção das espécies no planeta e no aumento da temperatura e do nível do mar. Claro que todos os fatores envolvidos são importantes. No entanto, e especialmente, o objetivo deste artigo é chamar a atenção para o ser humano e para os grandes temas que impactam de forma negativa a humanidade, como a fome, perda de fontes de água potável, ameaças à saúde, migrações ambientais, exclusão e racismo ambiental. Como citado pelo físico-químico britânico James Lovelock, comentando o futuro da Terra, “quem corre perigo são os homens e eles devem cuidar de sobreviver. As Terra terá ainda bilhões de anos”...

Por fim, essas são algumas práticas e ações propostas para o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável e sustentável – com garantias no futuro. Mas isso exige que cada um de nós seja capaz de dar sua contribuição, já que o futuro da humanidade depende da criação de uma sociedade pautada em novos valores e nova filosofia de vida. ■

Este artigo, consolidado por Paulo Saldiva e Evangelina Vormittag, é resultado do trabalho realizado por 32 autores, profissionais, professores e pesquisadores de diversas áreas de atividade, que produziram o documento: *Sumário de evidências: saúde, sustentabilidade e cidadania: um observatório de caso urbano tendo como cenário a região metropolitana de São Paulo, durante o workshop “São Paulo – Sustentabilidade, Saúde e Cidadania”, em setembro de 2009, na Faculdade de Medicina da USP, organizado pela Organização Não Governamental Instituto Saúde e Sustentabilidade. Os autores que contribuíram para a elaboração deste documento são: Afra Balazina, Agostinho Tadashi Ogura, Alex Kenya Abiko, Alfred Szwarc, Ana Lúcia Brasil, Andrea de Lima Barbosa, Cacilda Bastos Pereira da Silva, Carolina Born Toffoli, Clarice Umbelino de Freitas, Diogo Ferreira, Eduardo Geraque, Emilia Wanda Rutkowski, Flávio Francisco Vormittag, Francisco de Assis Comarú, Gina Rizpah Besen, Lais Fajersztajn, Ligia Vizeu Barrozo, Luiz Alberto Amador Pereira, Luiz Antonio Cortez Ferreira, Maria Cristina Haad Martins, Maria de Fátima Andrade, Maria de Souza Tavares, Marina Jorge de Miranda, Micheline de S. Zanotti S. Coelho, Mozart de Carvalho Pereira, Orlando Strambi, Patrick Bellelis, Pedro Roberto Jacobi, Renato Arnaldo Tagnin, Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, Simone Georges El Khouri Miraglia, Suzana Pasternak Taschner.